

CONVENÇÃO COLETIVA
DATA BASE: MARÇO/2022

Sindicato Profissional: Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, registrado no MTB sob o nº 46000.007655 de 1995, inscrito no CNPJ sob o nº 95.438.800/0001-03.

Sindicato Patronal: Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul, registrado no MTB sob o nº 24000.010995/88 de 1964, inscrito no CNPJ sob o nº 95.439.089/0001-01.

ABRANGÊNCIA: empregados no comércio varejista de MATO LEITÃO/RS E VENÂNCIO AIRES/RS.

CLÁUSULA 01 - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados abrangidos pelo presente acordo serão majorados em 1º de março de 2022, em 10,80% (dez virgula oitenta, por cento), a incidir sobre o salário de março de 2021.

CLÁUSULA 02 - REAJUSTE SALARIAL PROPORCIONAL

A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data base será proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data base.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento após a data base da categoria, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias com adição ao salário da época da contratação, conforme tabela abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	REAJUSTE	MÊS DE ADMISSÃO	REAJUSTE
MARÇO/2021	10,80%	SETEMBRO/2021	5,73%
ABRIL/2021	9,85%	OUTUBRO/2021	4,48%
MAIO/2021	9,44%	NOVEMBRO/2021	3,28%
JUNHO/2021	8,40%	DEZEMBRO/2021	2,42%
JULHO/2021	7,75%	JANEIRO/2022	1,67%
AGOSTO/2021	6,66%	FEVEREIRO/2022	1,00%

PARÁGRAFO ÚNICO – Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força do presente acordo, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função.

CLÁUSULA 03 - COMPENSAÇÕES

Poderão ser compensados nos reajustes previstos no presente acordo os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o período revisando, exceto os provenientes de término de aprendizagem; aumento real, implemento de idade; promoção por antiguidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

CLÁUSULA 04 - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

O salário mínimo profissional da categoria vigorará a partir do mês de março/2022, com os seguintes valores:

I) Empregados em Geral - R\$ 1.602,00 (um mil, seiscentos e dois reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica estabelecido que não haverá antecipação salarial, mas mantêm-se a cláusula para futuras negociações.

CLÁUSULA 05 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

As empresas concederão a todos os integrantes da categoria profissional um adicional de 4% (quatro por cento) por quinquênio de serviço na mesma empresa, a incidir sobre a remuneração.

CLÁUSULA 06 - CÁLCULO PARA OS COMISSIONISTAS

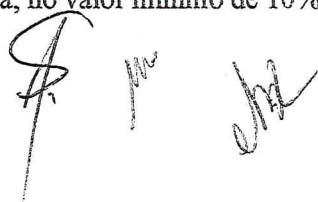
As parcelas rescisórias, a gratificação natalina, a licença maternidade e as férias dos comissionistas, serão calculadas tomando-se por base, a média das comissões corrigidas pelo INPC/IBGE, auferidas nos últimos 12 (doze) meses de trabalho.

CLÁUSULA 07 - DESCONTOS EM FOLHA

As empresas ficam autorizadas a descontarem de seus empregados os valores correspondentes a seguro de vida em grupo e ou descontos provenientes com UNIMED, UNIODONTO, TICKET REFEIÇÃO e TICKET ALIMENTAÇÃO desde que autorizados individualmente, por escrito, pelos empregados.

CLÁUSULA 08 - QUEBRA-DE-CAIXA

As empresas concederão um adicional de quebra-de-caixa a todos os empregados que exerçam a função de caixa, no valor mínimo de 10% (dez por cento) da remuneração.



CLÁUSULA 09 - AUXÍLIO-CRECHE

As empresas que não mantiverem creches junto ao estabelecimento ou de forma conveniente pagarão às suas empregadas mulheres, por filho menor de 06 (seis) anos de idade, auxílio mensal em valor equivalente a 0,10 (um décimo) do Salário Normativo da Categoria Profissional, independentemente de qualquer comprovação de despesas, sendo que o início do pagamento será após a cessação do auxílio maternidade.

CLÁUSULA 10 - AUXÍLIO FUNERAL

O empregador pagará, aos dependentes do empregado falecido em decorrência de acidente de trabalho, auxílio - funeral em quantia equivalente a 01 (um) salário normativo da categoria profissional.

CLÁUSULA 11 - REPOUSO REMUNERADO

O repouso semanal do empregado comissionista será calculado com base no total das comissões auferidas no mês, divididas pelos dias trabalhados no exercício da função e multiplicados pelos domingos e feriados a que fizer jus. A remuneração do empregado que perceba salário misto será composta basicamente, pelas comissões e repouso semanal remunerado, somado ao salário fixo.

CLÁUSULA 12 - ANOTAÇÃO DE COMISSÕES

As empresas que remuneram seus empregados a base de comissões se obrigam a anotar na Carteira de Trabalho dos mesmos, ou em contrato individual, o percentual aplicado para o cálculo dessas comissões.

CLÁUSULA 13 - ESTABILIDADE DE EMPREGO PARA GESTANTE

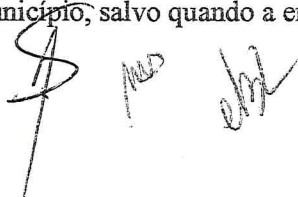
Fica assegurada a estabilidade provisória da empregada gestante, a partir da confirmação da gravidez, até 60 (sessenta) dias após o retorno da licença prevista em lei.

CLÁUSULA 14 - ABONO DE PONTO GESTANTE

Fica assegurada a empregada gestante o abono de uma falta mensal (de no máximo meio turno de trabalho) para consulta médica, mediante comprovação por declaração médica ou apresentação da carteira gestante.

CLÁUSULA 15 - ABONO DE PONTO - PIS

Fica assegurada a dispensa do empregado por meio turno do expediente normal, sem prejuízo salarial, para retirada das parcelas do PIS e durante um dia, quando o seu domicílio bancário for fora do município, salvo quando a empresa adotar o sistema de pagamento direto.



CLÁUSULA 16 - GRATIFICAÇÃO NATALINA

As empresas se obrigam a pagar 50% (cinquenta por cento) da gratificação natalina, aos empregados que a requeiram, por escrito, em até 03 (três dias) após o recebimento do aviso de férias.

CLÁUSULA 17 - DISPENSA DE AVISO PRÉVIO

No período do aviso prévio, o empregado que comprovar (mediante apresentação de cópia da CTPS e/ou declaração em papel timbrado e assinado pelo futuro empregador) a obtenção de novo emprego, fica dispensado do cumprimento do referido período, independe de aviso prévio por parte do empregador ou do empregado, hipótese em que o empregador pagará os dias efetivamente trabalhados durante o aviso prévio, bem como as demais parcelas rescisórias.

PARÁGRAGO PRIMEIRO: No pedido de demissão por parte do empregado, este comprovar a obtenção de novo emprego, é vedado ao empregador descontar referida verba.

PARÁGRAGO SEGUNDO: O empregado que deixar de comparecer ao trabalho no período do aviso prévio, sem que tenha comprovado a obtenção de novo emprego, terá os dias não trabalhados descontados quando do pagamento das verbas rescisórias.

PARÁGRAGO TERCEIRO: As empresas que dispensarem seus empregados de comparecerem ao trabalho durante o aviso prévio são obrigadas a fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA 18 - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO NA CTPS

As empresas são obrigadas a anotarem na Carteira de Trabalho de seus empregados a função por eles efetivamente exercida no estabelecimento.

CLÁUSULA 19 - CÓPIA DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

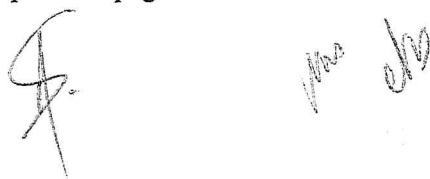
As empresas devem entregar cópia do Contrato de Experiência ao empregado, por ocasião de sua admissão, o qual não poderá ser celebrado por prazo inferior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA 20 - TREINAMENTO DE EMPREGADOS COMISSIONADOS

Os dias de treinamento de empregados comissionados, quando integram o programa de desenvolvimento dos Recursos Humanos das Empresas e obtiverem o aperfeiçoamento profissional dos participantes não necessitam ser compensados na remuneração variável.

CLÁUSULA 21 - DISCRIMINATIVO DOS PAGAMENTOS

As empresas devem fornecer aos seus empregados discriminativos dos pagamentos efetuados através de cópias de recibos ou envelopes de pagamento, onde constem as especificações das parcelas pagas e descontadas.



CLÁUSULA 22 - EXIGÊNCIA DE UNIFORMES

As empresas que exigirem de seus empregados o uso de uniformes, meias e calçados (específicos), devem fornecê-los e substituí-los sempre que necessário, em número de 02 (dois) ao ano, sem qualquer ônus ao empregado, a título de empréstimo para uso exclusivo em serviço, ficando estabelecido que os mesmos serão devolvidos as empresas, qualquer que seja o seu estado de conservação.

CLÁUSULA 23 - DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA

As empresas se obrigam a fornecer aos seus empregados despedidos por justa causa, os motivos que a determinarem, sob pena de ser considerada imotivada.

CLÁUSULA 24 - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência de caixa deve ser procedida a vista do empregado por ela responsável sob pena de impossibilidade de ulterior cobrança de diferenças apuradas posteriormente.

CLÁUSULA 25 - ATESTADO MÉDICO

As empresas são obrigadas a aceitarem atestados médicos, para justificação de faltas de serviço, expedidos por médicos particulares.

CLÁUSULA 26 - MAQUILAGEM

As empresas que exigirem de suas empregadas que trabalhem maquiadas, deverão fornecer o material necessário que deverá ser adequado a sua tez.

CLÁUSULA 27 - LIVRO PONTO OU CARTÃO MECANIZADO

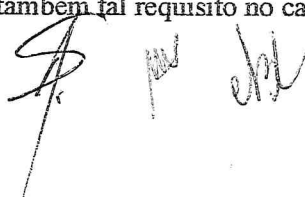
As empresas que tiverem mais de 5 (cinco) empregados se obrigam a manterem o livro-ponto ou cartão mecanizado, onde o empregado deverá registrar sua presença ao trabalho, intervalo e jornada extraordinária.

CLÁUSULA 28 - DIVULGAÇÃO EM QUADRO MURAL

As empresas deverão permitir a divulgação em quadro mural, com acesso aos empregados, avisos e notícias sindicais editadas pelo Sindicato obreiro.

CLÁUSULA 29 - ESTABILIDADE

Fica assegurada a estabilidade provisória durante os 12 (doze) meses anteriores a implementação da carência necessária a concessão do benefício de aposentadoria ao empregado que mantenha o contrato de trabalho com a mesma empresa pelo prazo de 05 (cinco) anos ininterruptos. Aplica-se também tal requisito no caso de aposentadoria especial.



PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a concessão da estabilidade provisória acima prevista, o empregado deverá comprovar perante o empregador a averbação do tempo de serviço mediante certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada caso o empregador, a vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão de benefício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma vez, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

CLÁUSULA 30 - MULTA - DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

O descumprimento de qualquer das cláusulas do presente acordo coletivo que contenha obrigação de fazer, obrigará o estabelecimento empregador a pagar multa equivalente a 5% (cinco por cento) do salário mínimo por empregado, e em benefício do mesmo, desde que não possua, a cláusula, multa especificada ou não haja previsão legal a respeito.

PARÁGRAFO ÚNICO - A presente cláusula somente será aplicada após a comunicação escrita pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul à empresa, e que a mesma não venha a sanar a irregularidade apontada ou denunciada em 20 (vinte) dias.

CLÁUSULA 31 - ASSISTÊNCIA DO SINDICATO NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

É obrigatório as rescisões de contrato de trabalho e pedido de demissão de integrantes da categoria profissional suscitante, com 180 (cento e oitenta) dias ou mais de contratualidade, serem assistidas pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, sob pena de nulidade plena do ato, respeitado o disposto no artigo 477, da CLT ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA 32 - HORAS EXTRAS

As horas extras dos integrantes da categoria profissional serão remuneradas com adicional de 75% (setenta e cinco por cento).

CLÁUSULA 33 – FÉRIAS PROPORCIONAIS

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional suscitante a percepção das férias proporcionais no pedido de demissão (rescisão por iniciativa do empregado).

CLÁUSULA 34 - TAXA NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

Com respaldo na deliberação expressa da assembleia geral, as empresas descontarão em folha de pagamento dos seus empregados, sindicalizados ou não, a título de TAXA NEGOCIAL do instrumento coletivo, o percentual total de 6% (seis por cento) da remuneração do empregado,

que será descontada em duas parcelas de 3% (três por cento) cada, nas folhas de pagamento dos meses de abril de 2022 e maio de 2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas deverão procederem com o repasse ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, mediante guias próprias disponíveis para retirada no site ou na secretaria da entidade. O pagamento das guias de recolhimento da taxa negocial/contribuição assistencial deverá ocorrer até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O não recolhimento dos valores estipulados no "caput" e parágrafo primeiro desta cláusula, dentro do prazo previsto, acarretará multa de 10% (dez por cento), acrescida de multa adicional de 2% (dois por cento) por mês de atraso no recolhimento e juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica assegurado ao empregado o direito de oposição, que deverá ser feito em até 10 (dez) dias da publicação do extrato da convenção coletiva no jornal local, devendo a oposição ao desconto ser feita mediante manifestação individual e escrita, e protocolada pessoalmente pelo empregado na secretaria do sindicato. Com a oposição do empregado ao recolhimento, estará dispensando e desobrigando o empregador de cumprir as cláusulas da presente convenção coletiva que lhe beneficiam no que diz respeito ao seu contrato de trabalho. Desobriga também, o empregador de submeter à assistência do sindicato, os pedidos de demissão e as rescisões de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 35 – TAXA NEGOCIAL/ASSISTENCIAL - PATRONAL

Conforme deliberação expressa em assembleia, as empresas integrantes da categoria representada pelo SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, associadas ou não, que aderirem à presente convenção coletiva, recolherão para o Sindicato Patronal uma taxa negocial/contribuição assistencial, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Folha de Pagamento, mediante guias fornecidas pelo Sindicato Patronal, pagáveis da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) sobre o salário de contribuição para o INSS, referente ao mês de julho/2022, com vencimento em 15.08.2022;

b) 5% (cinco por cento) sobre o salário de contribuição para o INSS, referente ao outubro/2022, com vencimento em 15.11.2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor mínimo de cada parcela prevista no "caput" desta cláusula, será de R\$ 161,00 (cento e sessenta e um reais), independente do tipo de empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A empresa que comprovar não contar com empregado registrado, está isenta do pagamento da taxa negocial/assistencial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O não recolhimento no prazo acima estipulado implicará em multa de 10% (dez por cento), acrescida de multa adicional de 2% (dois por cento) por mês

de atraso no recolhimento e juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, bem como as cominações previstas no artigo 600 da CLT".

PARÁGRAFO QUARTO: As empresas integrantes da categoria representada pelo Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul, estão obrigadas a remeter ao Sindicato Patronal cópia da Relação de Empregados da GFIP do mês de MARÇO DE 2022, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o respectivo recolhimento, estando a Regularidade Sindical das empresas condicionada ao cumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA 36 - DESCONTO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

Considerando a deliberação expressa da categoria manifestada em assembleia geral, órgão soberano da entidade sindical, uma vez respaldada pela previsão expressa do art. 513 "e" da CLT, as empresas deverão descontar mensalmente na folha de pagamento dos seus empregados, sócios ou não sócios da entidade, a título de contribuição assistencial, o percentual de 1% (um por cento) da remuneração do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recolhimento das importâncias objeto do desconto previsto no "caput" de cláusula deverá ser repassado ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, mediante o pagamento de guias próprias, disponíveis para retirada no site ou na secretaria da entidade. O pagamento das guias de recolhimento da contribuição assistencial deverá ocorrer até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não recolhimento dos valores estipulados no "caput" e parágrafo primeiro desta cláusula, dentro do prazo previsto, acarretará multa de 10% (dez por cento), acrescida de multa adicional de 2% (dois por cento) por mês de atraso no recolhimento e juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

CLÁUSULA 37 - CÓPIA DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO

As empresas ficam obrigadas a encaminhar aos respectivos sindicatos, cópias das guias de recolhimento dos descontos e contribuições previstas nas cláusulas 34, 35 e 36, no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua efetivação, bem como a relação nominal dos empregados com as respectivas remunerações.

CLÁUSULA 38 – APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO SINDICAL

No ato homologatório de rescisão de contrato de trabalho o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL deverá exigir das empresas a apresentação das guias de Contribuição Negocial/Assistencial Patronal recolhidas, e/ou Certidão de Regularidade Sindical em favor do SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa que não possuir no ato da homologação a Certidão de quitação da Contribuição Negocial/Assistencial ao SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL, concederá o prazo de 48 horas para comprovar a quitação da contribuição Patronal e agendar nova data para homologação da rescisão do contrato de trabalho;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Reagendado pela empresa a nova data para o ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho – após o prazo concedido no parágrafo anterior - e não apresentada a Certidão de quitação da Contribuição Negocial/Assistencial ao SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, a rescisão do contrato de trabalho poderá ser homologado, mediante o registro no TRCT da seguinte a RESSALVA:

- a) A empresa reconhece fazer parte da categoria representada pelo SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL e manifesta sua ciência e concordância expressa com a cláusula 35 da convenção coletiva, que prevê o recolhimento da TAXA NEGOCIAL/ASSISTENCIAL.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL, deverá enviar - por meio eletrônico ou físico - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, até o dia 10 de cada mês, cópia de todas as rescisões homologadas no mês anterior.

CLÁUSULA 39 - VIGÊNCIA

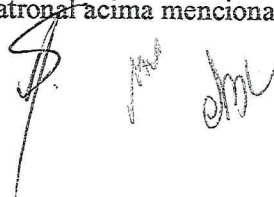
As condições estabelecidas na presente Convenção Coletiva vigoram pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 1º de março de 2022, não integrando, de forma definitiva, depois de expirado o prazo de vigência, os contratos individuais de trabalho.

CLÁUSULA 40 – RESPONSABILIDADE DO SINDICATO DOS EMPREGADOS

As condições estabelecidas nas cláusulas 34 e 36 da presente Convenção Coletiva, são de responsabilidade exclusiva do Sindicato Laboral, judicial ou extrajudicial, obrigando-se, exclusivamente, o Sindicato Laboral por realizar eventual ressarcimentos dos valores descontados, no caso de determinação judicial transitada em julgado.

CLÁUSULA 41 – NEGOCIAÇÃO COLETIVA

É obrigatória a participação do sindicato patronal nas negociações coletivas. Antes de qualquer movimento reivindicatório ou reclamação de natureza coletiva diretamente junto às empresas representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, se obriga a encaminhar a postulação e/ou reclamação através do Sindicato Patronal acima mencionado, de forma escrita.



PARÁGRAFO ÚNICO: O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL, deverá enviar cópia DE TODOS OS ACORDOS INDIVIDUAIS firmados com as empresas que pertencem a categoria representada pelo SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, no prazo de até 30 dias após a assinatura.

CLÁUSULA 42 - CONCESSÃO DE FÉRIAS COM AVISO PRÉVIO DE 48 HORAS (em caso de força maior - Pandemias e decretação de estado de calamidade pública - a exemplo da pandemia do COVID-19). No caso específico, será permitido a concessão de férias com aviso prévio com antecedência de 48 horas.

PARÁGRAFO ÚNICO: A concessão poderá ser comunicada através de meio eletrônico.

CLÁUSULA 43 - BANCO DE HORAS (em caso de força maior - Pandemias e decretação de estado de calamidade pública - a exemplo da pandemia do COVID-19).

No caso específico, será permitido ao empregador(a) adotar banco de horas negativo - com vigência desde 1º de março de 2022 e fevereiro de 2023. As horas não laborados pelos empregados serão incluídas em banco de horas para compensação futura, com prazo máximo para compensação de até 1(um) ano, após a inclusão no banco de horas.

PARÁGRAFO ÚNICO: em caso de rescisão contrato de trabalho, as horas ainda pendentes de compensação serão abonadas em 50% delas e as demais (50%) serão descontadas das verbas rescisórias devidas pelo(a) empregador(a).

Santa Cruz do Sul, 25 de março de 2022.



Afonso Schwengber

CPF nº: 172.775.070-53

Sindicato dos Empregados no Comércio
Santa Cruz do Sul



Mauro Spode

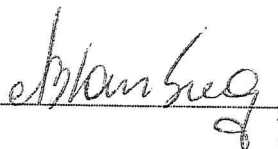
CPF nº 320.298.610-49

Sindicato do Comércio Varejista de Santa
Cruz do Sul



Tauâni Schwengber
OAB/RS 121.399

Assessora Jurídica do Sindicato dos
Empregados no Comércio Santa Cruz do
Sul



Adriane Borba Karsburg
OAB/RS 76.993

Assessora Jurídica do Sindicato do
Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul